

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES
SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N.: 08310.002384/2025-70

OBJETO: Contratação de Empresa especializada em Engenharia e Arquitetura para Elaboração de Projetos Básico e Executivo, em plataforma BIM (*building information modeling*), da nova sede Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão - SR/PF/MA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES	1
SUMÁRIO	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS.....	3
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO	3
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia	3
1.2. Classificação como serviço comum ou especial	3
2. REGIMES DE EXECUÇÃO	4
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	5
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	5
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS	7
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS.....	8
7. CUSTOS DIRETOS	8
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS	9
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	9
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.....	10
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	11
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	12
13. PROJETO EXECUTIVO	12
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	13
15. VISTORIA	17
16. SUBCONTRATAÇÃO	17
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO.....	18
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	18
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	19
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	19
21. DA SUSTENTABILIDADE.....	20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (x) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

A contratação visa à elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia e arquitetura, em plataforma BIM (Building Information Modelling). Trata-se de atividade de natureza intelectual, privativa das profissões de engenheiro e arquiteto, que tem por finalidade fornecer à Administração os elementos técnicos necessários à futura execução de obra pública. Como não implica, por si só, em intervenção direta no espaço físico ou alteração substancial de bem imóvel, o objeto se enquadra como serviço de engenharia.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é () COMUM / (x) ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

A elaboração dos projetos em plataforma BIM, com exigência de modelagem colaborativa (nível BIM 2) e nível de desenvolvimento LOD 400, demanda conhecimento técnico especializado, domínio de ferramentas específicas e integração multidisciplinar. Essas características conferem ao objeto um grau de complexidade e heterogeneidade que o afastam da padronização típica dos serviços comuns. Assim, trata-se de serviço especial de engenharia, dada a ausência de soluções amplamente padronizadas no mercado e a necessidade de julgamento técnico especializado para sua execução.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- () empreitada por preço unitário
- (x) empreitada por preço global
- () empreitada integral
- () contratação por tarefa
- () contratação integrada
- () contratação semi-integrada
- () fornecimento e prestação de serviço associado

Considerando que o objeto da contratação consiste na elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia, com escopo bem definido e quantitativos estimados com adequado nível de precisão, optou-se pelo regime de empreitada por preço global. Esse regime é o mais adequado para garantir previsibilidade orçamentária e eficiência na execução contratual, uma vez que transfere à contratada os riscos relacionados a variações nos quantitativos, desde que não ultrapassem os limites de tolerância definidos.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico (x) DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Por se tratar de elaboração de projeto, alterações na área projetada, de até 10%, decorrentes do detalhamento técnico do projeto não ensejarão aditivos contratuais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (☒) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (☒) engenharia, (☐) arquitetura ou (☐) técnico industrial, com a emissão da (☒) ART, (☐) RRT ou (☐) TRT.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(☒) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

(☒) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

(☐) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (☒) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(☒) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

O orçamento-base foi finalizado no mês de junho/2025 e para a definição dos custos unitários de referência da presente contratação, foram inicialmente consultadas as composições do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Contudo, alguns serviços específicos relacionados à esta contratação de projetos, não foram encontrados de forma compatível com o serviço almejado.

Diante disso, a definição do valor estimado da contratação foi baseada no Decreto Nº 7983/2013, respeitando a IN SEGES/ME Nº 91/2022. A composição de preço



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

estimativa do valor da contratação foi fundamentada na metodologia adotada pela Caixa Econômica Federal para a remuneração de serviços de elaboração de projetos técnicos de engenharia e arquitetura, com base na área do projeto. A equipe técnica considera essa metodologia a mais adequada, devido à objetividade dos cálculos, já que oferece uma referência clara para determinar o valor final.

A estimativa do valor dos projetos é obtida através da seguinte fórmula:

$$VR = (IR \times ht1) \times \left(\left(\frac{8}{A_e} \right)^{0,4} \right) \times A_e$$

Onde:

VR = Valor da Remuneração para o projeto ou serviço técnico em Reais (R\$)

IR = Índice de Remuneração de projetos ou serviços técnicos, estabelecido na Tabela C1 (item 2.2 abaixo)

ht1 = valor unitário da hora técnica em Reais (R\$), proposto pela empresa

A_e = área equivalente de remuneração para a edificação, definida do seguinte modo:

$$A_e = (a \times \sum A_{pd}) + (b \times \sum A_{pt}) + (c \times \sum A_{ge})$$

Sendo:

$$a = 1,0$$

$$b = 0,5$$

$$c = 0,25$$

Onde:

$$\sum A_{pd} = \text{somatório das áreas projetadas de pavimento diferenciado (m}^2\text{)}$$

$$\sum A_{pt} = \text{somatório das áreas projetadas de pavimento tipo}^1 \text{ (m}^2\text{)}$$

$$\sum A_{ge} = \text{somatório das áreas projetadas de garagem / estacionamento (m}^2\text{), somente para o Projeto de Arquitetura, Projeto Estrutural e Fundações, Projetos Elétricos, Projeto Hidrossanitário, Projeto Anti-incêndio, Orçamento Detalhado por Itens, Cronograma e Coordenação Técnica.}$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

^[1] Entende-se por pavimento tipo, aquele que se repete uma ou mais vezes em uma mesma edificação, facilitando a elaboração de projetos por necessitarem pouca ou nenhuma alteração nos desenhos, dimensionamentos e especificações de um pavimento para o outro.

Optou-se por essa metodologia em detrimento da proposta do TCU (Manual de Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas), devido à subjetividade na quantificação das horas técnicas, o que poderia comprometer a precisão da estimativa.

Complementarmente, foram utilizadas tabelas referenciais oficiais como AGESUL/MS, COMPENSA/PE, ORSE/SE, SUDECAP/MG e SETOP/MG, que apresentaram maior aderência técnica aos serviços a serem contratados e refletiram com maior precisão os custos praticados no mercado regional.

Para itens não contemplados integralmente nas bases consultadas, foram elaboradas composições próprias de custos, com base em insumos e coeficientes técnicos extraídos das referidas tabelas.

Todas as composições estão detalhadas na planilha orçamentária de Composições Unitárias, garantindo transparência, economicidade e realismo orçamentário.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(☒) foi/foram juntadas a(s) (☐) planilha(s) sintética(s) e a(s) (☐) planilha(s) analítica(s)

(☐) NÃO foi/foram juntadas a(s) (☐) planilha(s) sintética(s) e a(s) (☐) planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(☒) consta nos autos.

(☐) NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

(x) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(x) foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(x) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (x) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

() observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Considerando que se trata da contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração de projetos básicos e executivos, não haverá mobilização de canteiro de obras, nem estrutura física de apoio no local da execução. Dessa forma, o item “administração local” não se aplica à presente contratação, por não haver custos diretos relacionados à gestão operacional in loco.

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

() PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

(x) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Considerando que se trata da contratação de um projeto executivo, o item 'administração local' não é aplicável.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(x) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e (x) SERVIÇOS.

() NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**:

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (x) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

As empresas de engenharia consultiva enquadradas no Grupo 711 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) não são beneficiárias da desoneração da folha de pagamento, conforme disposto nas Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas do Tribunal de Contas da União (p. 105). Dessa forma, a adoção de custos não desonerados reflete a realidade tributária aplicável ao setor e assegura maior aderência ao cenário de mercado, evitando distorções na estimativa de preços e garantindo a exequibilidade contratual.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (x) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: (x) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Por se tratar de contratação de um projeto executivo, entende-se que os custos relacionados à Administração central são mínimos.

Seguro e garantia: (x) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Por se tratar de contratação de um projeto executivo, entende-se que os custos relacionados ao Seguro e garantia são mínimos.

Risco: (x) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Por se tratar de contratação de um projeto executivo, entende-se que os riscos são mínimos.

Despesa financeira: (x) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

Por se tratar de contratação de um projeto executivo, entende-se que os custos relacionados às Despesas Financeiras são mínimas.

Lucro: () 1º quartil ou (x) quartil médio ou () 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (x) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Considerando que se trata da contratação de um projeto executivo, o BDI reduzido não é aplicável, uma vez que não há fornecimento de materiais ou equipamentos com características de fornecimento autônomo ou de natureza significativa que justifique a aplicação diferenciada do BDI. O objeto da contratação é eminentemente intelectual e técnico, não envolvendo aquisição de bens físicos.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

() foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(x) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(x) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

() FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(x) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (x) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (x) CREA e/ou ao (x) CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Considerando que o objeto da contratação envolve a elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia e arquitetura, em plataforma BIM, é imprescindível que a empresa licitante esteja regularmente registrada tanto no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) quanto no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Isso se deve à natureza multidisciplinar dos serviços a serem prestados, que abrangem atividades privativas de engenheiros e arquitetos, conforme definido nas Leis nº 5.194/1966 e nº 12.378/2010, bem como nas respectivas resoluções do CONFEA e do CAU/BR.

O registro nos conselhos profissionais assegura que a empresa possui habilitação legal para atuar nas áreas técnicas exigidas, garantindo a responsabilidade técnica, a qualidade dos serviços e a observância das normas técnicas aplicáveis.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(x) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Área equivalente, conforme Anexo II do Termo de Referência, em plataforma BIM (*Building Information Modeling*).

(x) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

- Para os serviços de Coordenação e Compatibilização de Projetos: 4.991,81 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados para essa disciplina;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

- Para os serviços de Projeto de Instalações Elétricas: 4.991,81 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados para essa disciplina;
- Para os serviços de Projeto de Climatização, Ventilação e Exaustão: 3.427,53 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados para essa disciplina;
- Para os serviços de Projeto de Estruturas em Concreto Armado: 4.991,81 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados para essa disciplina;
- Para os serviços de Projeto de Arquitetura: 4.991,81 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados para essa disciplina;
- Para os serviços de Projeto de Redes de Dados: 3.427,53 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados para essa disciplina;
- Para os serviços de Projeto de Detecção, Alarme e Combate a Incêndio e Pânico: 4.991,81 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados para essa disciplina;
- Para os serviços de Projeto de Fundações: 4.991,81 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados para essa disciplina;
- Para os serviços de Orçamento e Planejamento de Obras: 4.991,81 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados para essa disciplina.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (☒) ACEITO ou (☐) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Será admitido o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que todos os serviços



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

listados estejam contemplados de forma cumulativa. Essa flexibilização visa ampliar a competitividade do certame, sem comprometer a qualificação técnica necessária.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(x) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

- Para o cargo de Engenheiro e Arquiteto: serviços de Coordenação Geral dos Projetos;
- Para o cargo de Engenheiro Eletricista: serviços de Projeto de Instalações Elétricas e Redes de dados;
- Para o cargo de Engenheiro Mecânico: serviços de Projeto de Climatização, Ventilação e Exaustão;
- Para o cargo de Engenheiro Civil: serviços de Projeto de Estruturas em Concreto Armado, Detecção, Alarme e Combate a Incêndio e Pânico, Fundações, Orçamento e Planejamento de Obras;
- Para o cargo de Arquiteto: serviços de Projeto de Arquitetura, Orçamento e Planejamento de Obras.

(x) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

Considerando a complexidade técnica e a abrangência multidisciplinar do objeto, que envolve a elaboração de projetos em plataforma BIM é imprescindível que os profissionais responsáveis possuam experiência comprovada em serviços de porte e natureza equivalentes. A exigência de quantitativos mínimos nos documentos de responsabilidade técnica (ART/RRT) visa assegurar que os profissionais indicados tenham efetivamente atuado nas atividades técnicas exigidas, garantindo a qualidade, a segurança e a viabilidade da execução contratual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

- Para o cargo de Engenheiro ou Arquiteto: 4.991,81 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de Coordenação e Compatibilização de Projetos;
- Para o cargo de Engenheiro Eletricista: 4.991,81 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de Projeto de Instalações Elétricas. E 3.427,53 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de Projeto de Redes de Dados;
- Para o cargo de Engenheiro Mecânico: 3.427,53 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de Projeto de Climatização, Ventilação e Exaustão;
- Para o cargo de Engenheiro Civil: 4.991,81 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de Projeto de Estruturas em Concreto Armado, Detecção, Alarme e Combate a Incêndio e Pânico, Fundações, Orçamento e Planejamento de Obras;
- Para o cargo de Arquiteto: 4.991,81 m² quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de Projeto de Arquitetura, Orçamento e Planejamento de Obras;

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (☒) FACULTATIVA ou (☐) OBRIGATÓRIA, e o licitante (☒) PODERÁ ou (☐) NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Considerando que o objeto da contratação refere-se à elaboração de projetos técnicos em plataforma BIM, cuja execução ocorrerá de forma remota e com base em informações técnicas previamente disponibilizadas pela Administração, não se faz necessária a realização obrigatória de vistoria in loco.

A visita ao local poderá ser realizada a critério do licitante, sendo suficiente, para fins de habilitação, a apresentação de declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (☐) NÃO ADMITIU ou (☒) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Será admitida a subcontratação parcial de serviços, desde que previamente autorizada pela Administração e limitada a atividades acessórias ou complementares, que não envolvam as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.

A possibilidade de subcontratação visa ampliar a competitividade do certame e permitir que empresas especializadas possam contribuir com a execução de partes específicas do objeto, sem comprometer a responsabilidade técnica e a integridade do escopo principal.

A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do contrato, inclusive pelas atividades eventualmente subcontratadas, conforme previsto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (x) CAPITAL MÍNIMO ou () PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 5% (cinco) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

A exigência de capital mínimo no percentual de 5% visa assegurar que a licitante possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações contratuais a serem assumidas, especialmente considerando a complexidade técnica e o porte da contratação, que envolve a elaboração de projetos básicos e executivos em plataforma BIM.

O percentual adotado está em conformidade com o § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e com as orientações da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3/2018, sendo considerado adequado para mitigar riscos de inadimplemento contratual, sem comprometer a competitividade do certame.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(x) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

A vedação à participação de consórcios justifica-se pela natureza do objeto, que consiste na elaboração de projetos técnicos especializados em plataforma BIM, cuja execução exige integração técnica, padronização metodológica e coordenação centralizada.

A divisão de responsabilidades entre empresas consorciadas poderia comprometer a uniformidade dos modelos, a interoperabilidade entre disciplinas e a rastreabilidade das informações no ambiente BIM, além de dificultar a gestão contratual e a responsabilização técnica.

Ademais, trata-se de contratação de porte compatível com a atuação individual de empresas especializadas, não havendo justificativa técnica ou econômica que imponha a necessidade de consorciamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (x) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

A participação de cooperativas será vedada, tendo em vista que o objeto da contratação — elaboração de projetos técnicos especializados em plataforma BIM — exige vínculo direto de responsabilidade técnica, pessoalidade e habitualidade na execução dos serviços, características que não se compatibilizam com o regime de trabalho cooperativado.

Além disso, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (Súmula nº 281/2010) e do Parecer nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, é vedada a participação de cooperativas em licitações cujo objeto demande subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade, como é o caso de serviços técnicos especializados que exigem atuação direta e contínua de profissionais habilitados, com emissão de ART/RRT.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (x) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

Trata-se de contratação de alta complexidade, com impacto direto no planejamento e na viabilidade de futura obra pública de grande porte.

A garantia visa assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, protegendo a Administração contra eventuais inadimplementos e garantindo a continuidade dos serviços em caso de falhas por parte da contratada. A medida está em conformidade com o art. 98 da Lei nº 14.133/2021 e com o entendimento do TCU (Acórdão nº 3.126/2012 – Plenário), que recomenda a exigência de garantia em contratações de maior valor e complexidade técnica.

Dessa forma, será exigida garantia contratual no percentual de até 7,5% (sete e meio por cento) do valor inicial do contrato, conforme autorizado pelo caput do art. 98 da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MA

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(x) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(x) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(x) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

() verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:
